



ENTRE DESEJOS LATENTES E CONTIDOS: IDEIAS, AÇÕES E TRAJETÓRIAS ABOLICIONISTAS NO SUL DE MINAS GERAIS.

Juliano Custódio Sobrinho¹

A pesquisa que apresentei ao programa tem como objetivo principal analisar o processo de abolição da escravidão em Minas Gerais, de 1880 a 1888, tendo como área de estudo uma região que hoje é conhecida imprecisamente como o “sul de Minas”.² As questões orientadoras desse projeto estarão voltadas a perceber e analisar os últimos anos da escravidão no sul mineiro e os embates travados – tanto no campo das ideias, quanto das ações práticas, como aquelas que levaram à formação de movimentos abolicionistas e à iniciativa de escravos em buscar os meios jurídicos para se livrarem do jugo do cativo, por exemplo.

A justificativa do recorte espacial elencado está baseado em pesquisas historiográficas que vem apontando o sul de Minas como um dos principais centros econômicos, políticos e sociais em Minas Gerais ao longo do século XIX, corroborando para duas prerrogativas bastante consolidadas acerca da participação cativa nessa província: a de que a estrutura produtiva de Minas Gerais detinha até as vésperas da abolição o maior contingente escravo do Império; e que a grande parte dessa população cativa estava envolvida em atividades voltadas ao abastecimento interno.³

¹ Doutorando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, com o projeto “O processo de abolição da escravidão e os significados da liberdade em Minas Gerais. Campanha – 1880-1888.”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Helena Pereira Toledo Machado. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² A noção de região pretendida para esse trabalho se aproxima das reflexões propostas por Ciro Cardoso, quando se entende por ‘sul de Minas’, uma área que pode ser definida “operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira correta de recortar o espaço e de definir blocos regionais”. CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73.

³ Sobre essas questões Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior foram os precursores em afirmar que boa parte da escravaria em Minas Gerais estava envolvida com a agricultura e a pecuária destacando a produção desses cultivos para a província no oitocentos. HOLANDA, Sérgio Buarque. “Metais e pedras preciosas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque(org.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, 2º vol., São Paulo: DIFEL. p. 294; PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.69-74. Entretanto, por volta da década de 1980, um grande debate foi travado sobre essa questão, a partir de outras pesquisas sobre a população escrava em Minas Gerais. MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980; SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamante: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP, n.17, 1985. No bojo dessas pesquisas, podemos citar alguns trabalhos relevantes que vieram na sequência: LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia*



Os marcos temporais escolhidos – 1880 e 1888 – vão de encontro a um contexto de transformações evidentes no cenário social, político e econômico do Império Brasileiro, levando assim a um crescente descrédito do trabalho cativo, o que contribuía definitivamente para deflagrar a crise do sistema escravista no país.⁴ Vale ressaltar que este recorte temporal foi reavaliado e não é o mesmo apresentado no início do projeto.

Entretanto, é preciso deixar claro que ao se definir tal periodização para esse estudo é fulcral para o pesquisador ter em mente que o processo histórico é contínuo e flexível e, nesse sentido, não se pode ignorar os antecedentes e as sucessões ocorridas no espaço temporal que elencamos. Assim é possível, que de acordo com o andamento da pesquisa e com as indagações que viermos a fazer acerca do nosso objeto de estudo, possamos então retroceder ou avançar no tempo.

Ao contextualizar a região, pode-se dizer que sua ocupação remonta ao início do século XVIII, quando os desbravadores da Capitania de São Paulo acreditavam ser possível encontrar as rentáveis catas de ouro que fizeram riqueza de muitos deles na porção central de Minas Gerais. O território sul mineiro não proporcionou riquezas provenientes do ouro, mas, mesmo assim, foi palco de diversas disputas territoriais entre a Capitania de São Paulo e a Comarca do Rio das Mortes, que administrava a região.⁵

escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988; FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.123. Especificamente sobre a relevância da posse de escravos para o sul de Minas, durante o oitocentos, o trabalho de Marcos Andrade sugere respostas muito pertinentes: ANDRADE, Marcos. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*. Minas Gerais. Campanha da Princesa(1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Em minha dissertação de mestrado, pude constatar uma grande concentração de cativos em uma das principais freguesias do sul mineiro, na primeira metade do século XIX. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos*: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.(capítulo 3).

⁴ Muitos autores, é claro, nos despertaram o gosto e o interesse em estudar o processo de abolição da escravidão em Minas Gerais, mas foi uma questão elucidada por Emília Viotti da Costa, em seu livro “A abolição”, um dos trabalhos singulares sobre a temática, que nos levou a decidir o recorte cronológico dessa pesquisa. Já em 1982, ano em que foi publicado a primeira edição de sua obra, a autora já instigava os pesquisadores a se perguntarem também sobre o que sucedeu a partir de 1871, levando então a abolição, em 1888. Naquela época, Emília Viotti já apresentava uma série de respostas para se compreender os últimos anos da escravidão no Brasil. E também apontava para a necessidade de mais pesquisas regionais, que pudessem decodificar essa passagem de tempo nas várias regiões do país, assim como alertava para a importância de se compreender sobre a presença e atuação de movimentos abolicionistas nessas áreas. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.(especialmente os capítulos 6 e 9). Destacamos também as contribuições do trabalho de Kátia Mattoso a nossas indagações acadêmicas acerca da temática da escravidão. MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵ Para uma síntese dessa discussão, ver: BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (especialmente capítulos 2 e 3). ANDRADE, Marcos Ferreira de. op. cit.(capítulo 1). Em minha dissertação de mestrado, pude acompanhar correspondências trocadas entre os



Naquele momento, o arraial de Campanha ganhava grande destaque ao sul da capitania, a partir do século XIX, passando a assistir as demais localidades próximas, o que rapidamente fez com que o arraial ganhasse o status de vila, frente ao controle da sede da comarca, São João del Rei. A região pretendida como termo de Campanha abrangia dez freguesias (Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí). Seria então esse conjunto territorial que hoje se denomina “sul de Minas”, tendo a vila de Campanha como um dos principais centros econômicos e políticos da província.⁶

No século XIX, a região rapidamente ficou conhecida pelo seu potencial na agropecuária e, mesmo antes da crise da mineração em Minas Gerais, já despertava como uma importante área de produção de gêneros alimentícios para abastecer tanto a própria província mineira como também outras regiões do país. O termo de Campanha se tornava um grande “pólo de atração”⁷, destacando-se a expansão comercial de suas freguesias e tendo o termo a grande responsabilidade em abastecer a Corte no Rio de Janeiro. O sul mineiro era um ponto estratégico que ligava o restante de Minas Gerais (e parte da província de São de Paulo) até a Corte. Assim, as freguesias do termo de Campanha passaram a ser caminhos obrigatórios para se fazer negócios, o que trouxe um dinamismo econômico, político e demográfico muito expressivo para a região durante todo o século XIX.⁸

Diretamente ligada a essa agropecuária mercantil sul mineira, estava a posse de escravos envolvida em tal produção. Como já citado, os trabalhos de Roberto Martins e Robert Slenes⁹, na década de 1980, instigaram a historiografia a compreender como uma produção agropecuária, voltada ao mercado de abastecimento, poderia comportar um contingente cativo tão expressivo em

governadores da Capitania de São Paulo e da Capitania de Minas Gerais, que pertencem ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, em que ambos reivindicavam a posse do sul mineiro. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. op.cit.(capítulo 1).

⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. op. cit. p.29.

⁷ Ibidem. p.33.

⁸ Muitos autores há décadas afirmam o potencial sul mineiro como região abastecedora e de forte vocação agropecuária. Cabe devida referência a Mafalda Zemella por ter criado um dos trabalhos precursores sobre o caráter produtivo voltado ao abastecimento do sul de Minas. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. Vale lembrar o trabalho de Alcir Lenharo, que apontou a existência de um consolidado mercado, principalmente pecuarista no sul de Minas para a Corte e a relação desse circuito com a formação de uma elite política mineira com influência na política nacional daquele período. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1822*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

⁹ MARTINS, Roberto. op.cit.; SLENES, Robert. op. cit.



Minas Gerais, no século XIX, sobretudo para o sul mineiro. Em trabalhos mais recentes, alguns pesquisadores afirmaram que o sul de Minas apresentava unidades escravistas à altura das propriedades voltadas para a agroexportação. Essa hipótese foi levantada por Afonso Alencastro de Graça Filho ao estudar a elite mercantil e a economia de subsistência em São João del Rei, no período de 1831 a 1888.¹⁰ Especificamente para o termo de Campanha, Marcos de Andrade também apresentou índices consideráveis de concentração de escravos nas unidades produtivas da região, o que revelaria a importância econômica sul mineira no século XIX.¹¹

Com isso, estamos diante de uma região de ebulição econômica e política, durante o século XIX, em que o ingresso de africanos, a reprodução natural e o tráfico internos de escravos indicaram uma sociedade de crescente dinamismo mercantil e de grandes investimentos na posse de cativos. Por essa razão, muitas hipóteses lançam luzes sobre a história do sistema escravista no sul de Minas, contudo as pesquisas sobre a região ainda hoje continuam incipientes, o que justifica a iniciativa dos programas de pós-graduação do país em investir em estudos sobre a área.

Polícia e agitações nos últimos anos da escravidão

Perceber as ações provocadas pelos agentes envolvidos naqueles anos finais da escravidão na região farão parte da base de análise desse estudo. Por isso, a apreensão das práticas sociais, das ideias e do perfil das pessoas inseridas com os debates sobre a questão da escravidão - além das ações da população escrava por meio de processos legais, fugas e revoltas - serão fundamentais para se compreender a desagregação do sistema escravista no sul mineiro.

As análises à documentação “Chefia de Polícia”, para a província mineira, pertencente ao Arquivo Público Mineiro, revela indícios interessantes acerca da repercussão das ideias da abolição no Império Brasileiro e a tentativa do poder estatal, juntamente com os senhores de escravos, em manter o controle social. Em correspondência encaminhada ao chefe de polícia da província,

¹⁰ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei(1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

¹¹ ANDRADE, Marcos. op.cit.(especialmente o capítulo 1). Por conta da minha dissertação de mestrado, pude constatar, a partir da análise de inventários post mortem e as listas nominativas para Minas Gerais, de 1831-1832, uma grande concentração escrava frente a população livre para uma das freguesias do termo de Campanha, a freguesia de Itajubá, durante o século XIX. Aliás, Itajubá é apontada nos trabalhos de demografia escrava como a de maior concentração de escravos por unidade produtiva, o que também constatei na minha dissertação. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. op. cit.(especialmente o capítulo 3).



Levindo Ferreira Lopes, o delegado, Valeriano Mauro da Costa, da freguesia de São Gonçalo, suplicava: *como até agora não tenhamos chegado os praças, de novo reitero respeitosamente a V.Ex^a o mesmo pedido fazendo sentir a V.Ex^a que o abolicionismo na cidade de Campanha está no seu maior auge(...) em São Gonçalo que nunca vira tanto descalabro e que[] fosse alterada a ordem pública.*¹²

Assim como esse exemplo acima, muitos outros pedidos chegavam constantemente ao chefe de polícia da província vindos das freguesias sul mineiras, o que pode ser constatado pela documentação levantada. Ao noticiar as repercussões e o medo da perda do controle social por parte da polícia e dos senhores, o que se pode notar até o momento é que a maioria desses pedidos denuncia as fragilidades estruturais do poder coercitivo em controlar fugas, rebeliões de escravos ou libertos, como qualquer alteração a ordem pública. Faltavam-lhes praças, cadeias, armas e até mesmo comida e roupas para alimentar os presos.

Da instância maior do poder policial na província também chegavam pedidos aos delegados locais para conter qualquer alteração social nos últimos momentos da escravidão no país. Assim, partiu da capital da província, Ouro Preto, uma ordem do chefe de polícia, Levindo Ferreira Lopes, para o delegado de Campanha a seguinte mensagem: *remetto a V.S^a para informar e providenciar no sentido de ser mantida a ordem e a tranqüilidade pública, o incluso officio do Subdelegado de Lambary, tratando da propaganda feita por abolicionistas contra os fazendeiros e de estado anormal em que se ache o município.*¹³

Segundo Maria Helena Machado, a polícia foi a instância que mais serviu aos pedidos dos senhores no combate a desordem e revoltas provocadas pelos escravos e pelos abolicionistas. Ao representar o estado era missão daquele órgão cumprir a lei e defender *a legítima propriedade escrava*. As repercussões da crise escravista e o temor que as revoltas e ações de escravos, libertos, pobres e abolicionistas tomassem conta colocavam em xeque a segurança pública. Assim, mais que assegurar os interesses dos senhores de escravos, a polícia tinha compromisso com a defesa da ordem e o seu papel foi estratégico naquele contexto.¹⁴ Com as insurgências abolicionistas e as

¹² APM. Chefia de Polícia. Correspondência recebida. POL 1/3, Cx. 20, Doc. 28. São Gonçalo, 11/04/1888.

¹³ APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida. POL-102. Correspondência expedida pelo secretário de polícia aos delegados. 08/05/1888.

¹⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ, Edusp, 1994.p.69-72.



revoltas escravas ganhando terreno no campo social, coube à polícia manter a sensação de que tudo estava sob a mais perfeita ordem, mesmo sabendo que seus aparatos coercitivos já não davam mais conta de assegurar a ordem pública com a mesma eficácia de tempos atrás.¹⁵

Cabe ressaltar que está claro que ao desvendar as ações sociais que estiveram presentes no processo da abolição na região, está sendo procedida uma investigação que não se resume em uma explicação simplista dos agentes envolvidos, ou seja, na análise do embate de um ou dois grupos sociais especificamente (senhores e escravos). A pesquisa se pauta em diferentes fontes históricas e, a partir dessas análises e do entrelaçamento dessas informações, se está atento para evitar uma compreensão limitada do objeto de estudo em questão, procurando entender que a realidade histórica é complexa, recheada de interações sociais, jogadas de poder, ambiguidades e contradições.¹⁶

É evidente assim, que o processo de abolição deve ser visto como um fenômeno que agrega diferentes atores sociais dentro de um universo que os categoriza como livres, escravos ou libertos e que esses agentes, ao longo desse processo de fim do cativeiro, relacionavam-se e influenciavam-se mutuamente.¹⁷

Alguns questionamentos já se fazem presentes desde o início de pesquisa e o desafio é poder responder a maioria deles ao longo do doutorado. Para compreender o processo de abolição da escravidão em Minas Gerais pensar nas seguintes questões se torna fulcral: quem eram e como foi a atuação dos diversos agentes envolvidos nas discussões e práticas naqueles anos finais da escravidão? quais eram as estratégias criadas pelos escravos em busca de margens de autonomia ou

¹⁵ MACHADO, Maria Helena. “*Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas*”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp.376-377.

¹⁶ Cabe dizer que concordamos com Maria Helena Pereira Toledo Machado, quando afirma que ao se estudar o processo que desencadeou na abolição da escravidão e nas ações dos movimentos abolicionistas deve-se estar atento à complexidade das ações dos agentes envolvidos e que esses pertencem a grupos sociais múltiplos, indo além da condição de apenas escravos ou senhores. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. pp.13-18.

¹⁷ Outros autores ao descreverem a experiência do cativeiro no sudeste brasileiro e a crise do sistema escravista também entendem que a diversidade e complexidade dos agentes sociais envolvidos no processo são fundamentais nessa análise. Para Hebe Maria Mattos, ao se estudar o processo da abolição não se pode procurar ‘dicotomias’ ou criar uma abordagem que privilegia certos atores históricos, individuais ou coletivos, sem conduzir a ‘esquematismos’ ou ‘excessos de simplificações’. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.16. Ao realizar um estudo sobre o Rio de Janeiro, nas últimas décadas da escravidão, Sidney Chalhoub procurou demonstrar que os embates em torno de diferentes visões de liberdade era uma das formas possíveis de acesso ao processo histórico de desagregação do sistema escravista na cidade. CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.



da tão sonhada liberdade? a que nível as ações e reações dos cativos – sejam por ‘meios comodativos’(fugas, sabotagens no trabalho, etc), ou através da ‘criminalidade violenta’,¹⁸ se manifestaram na região e quais os impactos dessas práticas para aquela sociedade? quais eram os discursos e as propostas dos proprietários, dos conservadores e dos abolicionistas em relação ao definhamento da escravidão? quais foram os motivos e a frequência em que os cativos acionavam os meios legais (através de curadores) em defesa dos seus espaços de autonomia e em busca da liberdade? qual a relação estabelecida entre esses personagens? como a sociedade sul mineira reagiu e interagiu diante das repercussões advindas das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que o Império Brasileiro passava nos últimos anos antes da abolição? qual o peso das leis emancipadoras para o sul mineiro e a que nível se deu a interação com as áreas de grande atuação de movimentos abolicionistas, como São Paulo e Rio de Janeiro? aliás, qual o papel dos movimentos abolicionistas para a região e o perfil dos atores envolvidos nessas ações?

Ideias e ações abolicionistas

Em relação à historiografia sobre o processo de desintegração do sistema escravista, nos últimos anos da década de 1880, pode-se dizer que poucos trabalhos se dedicaram a analisar este período para Minas Gerais. As contribuições historiográficas depositadas sobre o auge da sociedade mineradora e do passado colonial setecentista em Minas enriqueceram o debate acadêmico nas últimas décadas. Desde uma perspectiva que supervalorizasse a produção aurífera e, posteriormente, a sua estagnação, até um cenário mineiro extremamente diversificado e dinâmico, no século XIX, sob o ponto de vista da produção agropecuária e mercantil. Vinculada a estas questões sempre estava o diálogo com o sistema escravista no território e sua importância dentro da estrutura produtiva.

Obviamente, as discussões historiográficas sobre o papel do escravo como sujeito da sua própria história tomaram conta de vários trabalhos dedicados à província mineira,¹⁹ mas poucos

¹⁸ MACHADO, Maria Helena. op cit. p.22.

¹⁹ BRUGGER, Silvia. *Minas patriarcal. Família e sociedade(São João del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007; FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia, 2003; PAIVA, Eduardo. *Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001; GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-*



foram aqueles dedicados a entender o processo de desintegração do sistema escravista e sua abolição.

Na década de 1960, Oíliam José lançou o livro “A abolição em Minas”, propondo uma reflexão sobre a escravidão e o seu término na província. Para o autor, não seria possível esperar dos mineiros situações de ebulições sociais a favor ou contra a escravidão, nos últimos anos do sistema, como aconteceram em São Paulo e Rio de Janeiro. Não somente o caráter rural e pacato que tomava conta da população, mas a falta do “espírito” transformador fazia parte da essência do povo em Minas.²⁰

Não houve em nossa Província campanhas ruidosas em favor da emancipação dos escravos, porque as condições do meio não as favoreciam, nem mesmo as aconselhavam. O ambiente provinciano mineiro, com suas definidas realidades políticas, sociais e econômicas, não lhes era propício. Evidenciava-se então, de modo incontestável, o predomínio político e econômico dos proprietários rurais sobre as populações urbanas e não seriam naturalmente êsses proprietários os fautores do movimento de libertação.²¹

Assim, legitimados pela serenidade e provincianismo, os mineiros lidaram muito bem em suas relações com os males da escravidão. Minas não apresentava cenário suficiente de conflitos e tensões escravistas que pudessem eclodir nos anos finais da década de 1880 e, se houve, seus agentes não eram “propícios” para enfrentar a situação, já que culturalmente, o mineiro não era dado a “revoluções”. Os movimentos abolicionistas não existiram, com exceção da ação emancipadora estudantil e de profissionais liberais em Ouro Preto, que pouco puderam fazer pela causa e só se expressavam através da propaganda. Com o findar da escravidão em 1888, os mineiros viram passar a transição da mão-de-obra escrava para a livre sem maiores traumas.²²

Outro trabalho significativo para este período foi a dissertação de mestrado “Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/1888”, de Liana Maria Reis. Ao realizar uma análise sobre o abolicionismo a partir das páginas dos jornais, a autora apresentou um leitura do passado escravista e abolicionista da província, a partir das novas considerações sobre a sociedade produtiva

abolição. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

²⁰ JOSÉ, Oíliam. A abolição em Minas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

²¹ Idem, *ibidem*, p.99.

²² Idem, *ibidem*, p.103.



em Minas oitocentista, que passava a ser descrita dentro de possíveis variáveis regionais, demarcadas por suas estruturas econômicas diversificadas e dinâmicas na produção mercantil.²³

Por mais que a tentativa tenha sido realizar um panorama sobre o abolicionismo a partir da imprensa de Minas, no século XIX, a autora não viu outras possibilidades de explorar a percepção dessas atuações em toda a província, já que a documentação que tinha não a permitia, limitando-se a uma análise mais específica dos movimentos abolicionistas da região de Ouro Preto e Mariana.²⁴

Em relação à atuação desses movimentos abolicionistas, a autora não apresenta os agentes integrantes desses grupos como dispostos a uma libertação efetiva dos escravos na província. Esses movimentos teriam uma caráter “moderado”, não envolvendo a participação popular nas ideias e ações realizadas por eles. Por mais que tivessem conseguido criar certa “consciência política”, inclusive nos escravos, a partir da propaganda na imprensa.²⁵

Surgidas as bases que relevaram a participação dos escravos e das camadas populares na percepção de suas trajetórias e em situações que se referiam as suas vidas, um grupo de historiadores processou a presença desses sujeitos históricos na participação efetiva dos movimentos que levaram à abolição. Ainda no fim da década de 1970, Robert Conrad já entendia que a responsabilidade da derrocada da escravidão também cabia aos escravos e a eles se devia agregar os méritos da abolição. Apoiado nos estudos de José Honório Rodrigues, Robert Conrad afirmaria que a abolição da escravatura brasileira não foi “uma dádiva dos senhores, mas sim uma conquista de escravos ajudados por aqueles cuja consciência iluminada os fêz servir desinteressadamente à História.”²⁶

Ainda segundo Conrad, o movimento abolicionista ganhou grande pujança após os primeiros anos da década de 1880, tendo pouco envolvimento da população antes desse período e estava reservado às cidades (com exceção, da província do Ceará, onde o abolicionismo ganhava

²³ REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

²⁴ Idem, *ibidem*, pp.111-117.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp.201.

²⁶ RODRIGUES, José. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.p.67, abud CONRAD, Robert. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. RJ: Civilização Brasileira, 1978.p.18.



cada vez mais terreno e força).²⁷ A abolição pensada no país iria além da ideia de libertar os cativos, mas propagaria e estimularia a imigração europeia, promoveria a indústria e a agricultura e elevaria o “caráter moral da nação, há tanto tempo corrompida pela influências nocivas dos dependentes pretos servis.”²⁸

Maria Helena P.T. Machado, ao apresentar “O plano e o pânico” lançou luzes à perspectiva de um processo abolicionista que não se pode enquadrar em moldes rígidos explicativos. Era preciso entendê-lo dentro de variáveis pertinentes à realidade da crise do sistema escravista brasileiro. Assim, para se compreender esta ideia de abolição multifacetada e recheada de pluralidades seria preciso estudar os movimentos sociais da década de 1880, os sujeitos esquecidos e a margem do sistema, suas ideias, projetos e o papel social que ocuparam nos meandros do abolicionismo.²⁹

Segundo a autora, além de negociarem os “direitos” costumeiros, os escravos, ao longo da última década da escravidão, passaram a vislumbrar cada vez mais a liberdade e a exigí-la. Havia uma percepção em alguns líderes de revoltas escravas sobre as conjunturas que tomavam conta do Império naquele momento e, obviamente, era preciso se aproveitar desses espaços para lutar contra o cativo. As ações organizadas ou não interligadas entre escravos, libertos, o “populacho” presente nas ruas, as organizações abolicionistas e suas atuações em vários espaços sociais recheavam o imaginário das pessoas e o medo das consequências de tantas agitações sociais provocavam o “pânico” e a sensação de desgoverno na sociedade.³⁰

Estas possibilidades de interpretar o que entendiam esses escravos sobre aquele momento de grandes ebulições sociais e como liam o mundo no qual viviam tem sido um grande desafio nesta pesquisa. Trilhando os caminhos e descaminhos de parte desta historiografia e comungando com alguns sobre a necessidade de trazer à tona as tentativas de atuações que esses escravos elaboravam, a partir do que é possível enxergar na documentação, me dispus a percorrer algumas situações que me mostravam interessantes.

Ao folhear os calhamaços que traziam as ocorrências policiais, me deparei com o caso da escrava, Felicidade, de Três Pontas, que vislumbrando um padrinho que a pudesse livrar das agruras

²⁷ Ibidem.p.176.

²⁸ Idem, ibidem, p.192.

²⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. op.cit.

³⁰ Idem, ibidem, pp.91-95.



do cativo, procurou o Alferes Custódio Vieira de Brito, também promotor no lugar. De acordo com o reservado de polícia, de 22 de agosto de 1887, encaminhado pela Secretária de Polícia para a Presidência da Província, o acontecimento havia tomado conta da cidade e gerado um grande “perigo” de tragédia, já que “300” cavaleiros armados invadiram o local em busca da escrava fujona. A polícia conseguiu persuadir o grupo de que a escrava seria solta, mesmo sob o protesto de várias outras pessoas que solidarizam com a sua liberdade. O comunicado pede providências, pois o alferes também estaria se armando para combater os invasores.³¹

Segundo o Jornal Gazeta Sul-Mineira, de São Gonçalo do Sapucaí, depois de muito agredida por seu dono, Felicidade tentou se refugiar na casa do promotor, que já apadrinhava seu marido, Adão, também escravo e que estava “em depósito” e resguardado por Custódio. A tragédia só foi evitada porque o Juiz Municipal, Arthur Ferreira Brandão, não concedeu mandato de busca para o grupo que viera resgatar Felicidade.³²

Entre outras possibilidades de fuga, Felicidade preferiu apostar sua vida nas mãos do Promotor Custódio Vieira de Brito e esta parece não ter sido uma escolha simplesmente aleatória e ao sabor da situação de conflito que a fez fugir do cativo. Felicidade pode ter entendido que se o promotor estava conseguindo manter o seu marido, Adão, no trânsito pela liberdade, também poderia alçá-la a este posto.

A busca pelo processo criminal deste caso ou as ações de liberdade de Adão ou a possível aberta para Felicidade foram em vão. No arquivo do Fórum da cidade de Três Pontas não foi possível encontrar qualquer documentação a respeito deste caso. Contudo, ao continuar minha peregrinação pelos jornais, percebi que o caso virou assunto por semanas nas folhas de alguns periódicos. Ao consultar as páginas do Gazeta Sul-Mineira e do Monitor Sul Mineiro foi possível perceber que o promotor Custódio Vieira de Brito, o Juiz Municipal, Arthur Ferreira Brandão, o pároco da cidade, José Joaquim Soares Calixto mais um grupo de ao menos três advogados e outras 32 pessoas faziam parte do Clube Abolicionista “Sete de setembro”.³³

³¹ POL 98, p.86, 22/08/1887, Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Governo, Chefia de Polícia, Arquivo Público Mineiro(APM).

³² Jornal Gazeta Sul-Mineira, de 14/08/1887, Arquivo do Centro de Estudos Monsenhor Lefort(ACEML), Campanha-MG.

³³ Jornal Monitor Sul Mineiro, de 02/10/1887; Jornal Gazeta Sul-Mineira, de 11/09/1887, ACEML. Segundo Hebe Mattos, ao analisar o Jornal Monitor Sul Mineiro, este pode ser considerado um periódico de “aboliconismo moderado monárquico”, que possuía grande vinculação no sul mineiro. MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio..., p.218.



A partir do caso da escrava, Felicidade, emerge nas páginas desses periódicos a organização de um movimento abolicionista no sul mineiro, que provocava as autoridades e os fazendeiros locais. Felicidade estava certa quando vislumbrou a conquista da liberdade se filiando sob a proteção do promotor Custódio. Segundo o *Jornal Gazeta Sul-Mineira* essa “liga” de advogados, juntamente com o Pe. Calixto, contestaram a lista de escravos matriculados no termo, alegando que alguns já deveriam estar libertados. Segundo o *Monitor Sul Mineiro*, de 19/09/1886, este grupo de advogados requeria na justiça uma série de ações de liberdade a favor de escravos, o que vinha incomodando os proprietários.³⁴

Situações parecidas podem ser percebidas em outras cidades da região, como o caso do promotor e advogado Braulio de Lion, de Campanha, que frequentemente anunciava nas páginas do *Monitor Sul Mineiro* que estava à disposição de escravos que quisessem se libertar de seus senhores.³⁵ Na *Gazeta Sul-Mineira*, o grupo abolicionista de Três Pontas era acusado por proprietários de escravos de promover perturbações a ordem pública e que buscavam “agitar” a opinião da sociedade e a “defender o direito dos escravos que os tenham”. Num tom a favor do clube abolicionista, o periódico *Gazeta Sul-Mineira* evoca a participação popular na tentativa de proteger a vida dos advogados abolicionistas.³⁶

Na mesma edição de 11 de setembro de 1887 é possível entender parte do desfecho que se daria ao caso da escrava Felicidade. Segundo a notícia, o juiz municipal aceitou as reivindicações do promotor público de que ela foi violentamente agredida e estava “ameaçada de morte”. Assim, o pedido de liberdade foi aceito com a condição de que os condôminos da dita escrava fossem remunerados ou que ela os servisse por mais sete anos. Por parte do defensor do grupo de proprietários, esta seria a melhor solução para evitar uma insurreição de escravos na região que pudessem seguir o exemplo de Felicidade e de seu marido, Adão, como tantos outros que haviam recorrido aos abolicionistas.³⁷

Possivelmente, Felicidade viu em sua estratégia de fuga e de proteção uma saída bem sucedida mas, talvez, não contasse com as condições dessa liberdade a ser conquistada. Os seus proprietários também sabiam das limitações das leis, no que tangia a liberdade definitiva da

³⁴ *Jornal Monitor Sul Mineiro*, de 19/09/1886, ACEML.

³⁵ *Jornal Monitor Sul Mineiro*, de 14/02/1886, ACEML.

³⁶ *Jornal Gazeta Sul-Mineira*, de 11/09/1887, ACEML.

³⁷ *Idem*.



escravaria e se apossou dessas condições. De qualquer maneira, o ato provocado pela escrava gerou medo e tensão nesse grupo que se viu ameaçado com uma “onda” de possíveis fugas e rebeliões, se outros escravos seguissem o exemplo de Felicidade.

O papel do juiz nesta história toda, que ora é apontado como abolicionista e outra é acusado de defender os direitos dos proprietários, mostra as complicadas ações e decisões proferidas por esses agentes. Este imbricado acontecimento, me possibilita perceber a diversidade de interpretações e conclusões que podem ser pensadas a partir da história de Felicidade e do movimento abolicionista. Relativizar as ações e práticas desses agentes, bem como entender este processo de abolição “multifacetado” e “plural”, como discorre Maria Helena Machado, é mesmo a via para se pensar nestes últimos anos da escravidão.³⁸

Considerações finais

A partir da pesquisa que vem sendo desenvolvida é possível entender algumas movimentações e práticas estabelecidas pelos sujeitos no sul mineiro, que se colocavam a favor ou contra a continuidade da escravidão. As ocorrências e reservados policiais estão nos dando conta de um universo marcado por constantes agitações e ações de escravos e livres, que modificavam o cotidiano do sul de Minas e engrossavam as insatisfações ao sistema escravista, que naquele momento já entrava em seu fôlego final. As documentações da polícia também vêm mostrando as conexões travadas entre a região e demais áreas do sudeste, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Já a análise nos periódicos está contribuindo para entendermos os discursos e as ações dos movimentos abolicionistas no decorrer da última década da escravidão.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*. Minas Gerais. Campanha da Princesa(1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BRUGGER, Silvia. *Minas patriarcal*. Família e sociedade(São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

³⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. op.cit.



CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João del Rei(1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-abolição. Família, trabalho, terra e conflito(Juiz de Fora, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

JOSÉ, Oíliam. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia,1962.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1822*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, Edusp, 1994.



MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PAIVA, Eduardo. *Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamante: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP, n.17, 1985.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.